

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019**

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

| Ativo | 2019 | 2018 | Passivo e passivo a descoberto | 2019 | 2018 |
|--|------------|------------|--|------------|------------|
| Circulante | | | Circulante | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) | 473 | 1 | Fornecedores | 59 | |
| Tributos a recuperar (Nota 4) | 11 | 480 | Impostos, taxas e contribuições | | 2 |
| | 484 | 481 | | 59 | 2 |
| Não circulante | | | Não circulante | | |
| Realizável a longo prazo | | | Provisão para perda de investimentos (Nota 6) | 277.698 | 274.141 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 5) | 29 | | Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 5) | 42 | |
| | | | | 277.740 | 274.141 |
| | | | Passivo a descoberto (Nota 7) | | |
| | | | Capital social | 13.091 | 13.091 |
| | | | Ajustes de avaliação patrimonial | (5.348) | (5.348) |
| | | | Prejuízos acumulados | (285.029) | (281.405) |
| | | | | (277.286) | (273.662) |
| Total do ativo | 513 | 481 | Total do passivo e do passivo a descoberto | 513 | 481 |

DS
ADO

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|---|----------------|-----------------|
| Operações continuadas | | |
| Despesas operacionais | | |
| Despesas gerais e administrativas | (88) | (14) |
| Resultado de participações societárias (Nota 6) | <u>(3.557)</u> | <u>(22.221)</u> |
| Prejuízo operacional | (3.645) | (22.235) |
| Resultado financeiro, líquido | <u>21</u> | <u>23</u> |
| Prejuízo do exercício | <u>(3.624)</u> | <u>(22.212)</u> |
| Prejuízo básico por ação de operações continuadas atribuível aos acionistas durante o exercício (expresso em R\$ por ação) (Nota 8) | <u>(0,28)</u> | <u>(1,70)</u> |

DS
ADO

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

Demonstração das mutações do Passivo a descoberto

Em milhares de reais

| | <u>Capital social</u> | <u>Ajuste de avaliação patrimonial</u> | <u>Prejuízos acumulados</u> | <u>Total do Passivo a descoberto</u> |
|---|-----------------------|--|-----------------------------|--------------------------------------|
| Em 1º de janeiro de 2018 | 13.069 | (5.348) | (259.193) | (251.472) |
| Prejuízo do exercício | | | (22.212) | (22.212) |
| Transações com acionistas: Aumento de capital (Nota 7 (a)) | 22 | | | 22 |
| Em 31 de dezembro de 2018 | <u>13.091</u> | <u>(5.348)</u> | <u>(281.405)</u> | <u>(273.662)</u> |
| Prejuízo do exercício | | | (3.624) | (3.624) |
| Em 31 de dezembro de 2019 | <u>13.091</u> | <u>(5.348)</u> | <u>(285.029)</u> | <u>(277.286)</u> |

DS
ADO

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|---|-------------|-------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | |
| Prejuízo do exercício | (3.624) | (22.212) |
| Ajustes: | | |
| Resultado de equivalência patrimonial (Nota 6 (b)) | 3.557 | 22.221 |
| | (67) | 9 |
| Variações nos ativos e passivos: | | |
| Tributos a recuperar | 469 | (24) |
| Fornecedores | 59 | |
| Impostos, taxas e contribuições | (2) | 2 |
| Caixa proveniente das (aplicado nas) operações | 459 | (13) |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 5 (a)) | (29) | |
| Adições ao investimento em participações societárias | | (20) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | (29) | (20) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 5 (b)) | 42 | |
| Aumento de capital social | | 22 |
| Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos | 42 | 22 |
| Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa | 472 | (11) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 1 | 12 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | <u>473</u> | <u>1</u> |

DS
ADO

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Odebrecht Properties Entretenimento S.A. (“OPE” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, constituída em 21 de outubro de 2014.

A Companhia tem por objeto social a exploração, no Brasil ou no exterior, direta ou indireta, das seguintes atividades:

- (i) Concessões de obras e serviços públicos, designadamente no âmbito das arenas multiuso, estádios, ginásios, clubes esportivos, portos, parques olímpicos, centros administrativos, centros de exposições, escolas, universidades, hospitais e afins, presídios, além de outras atividades relacionadas à infraestrutura, meio ambiente e entretenimento;
- (ii) Prestação de serviços de assessoria técnica, prestação de serviços de engenharia, de operação e manutenção relacionados aos negócios indicados no item acima;
- (iii) Exercício de atividades conexas ou relacionadas, direta ou indiretamente, com o objeto social, inclusive importação e exportação; e
- (iv) Participação no capital social de outras empresárias, personificadas ou não, na qualidade de sócia acionista.

A Companhia, é parte integrante do Grupo Odebrecht (“Grupo”), sendo controlada diretamente pela Odebrecht Properties Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial (“OP Investimentos”) e indiretamente pela Odebrecht S.A. – Em Recuperação Judicial (“ODB”).

(a) Perspectivas econômicas e financeiras e fatos relevantes – empresas investidas

Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A. (“Arena Pernambuco”)

Em 6 de junho de 2016, foi celebrado acordo consensual para rescisão do Contrato de Concessão Administrativa (“Contrato”), por meio do documento intitulado de “Instrumento Particular de Rescisão Consensual de Contrato de Concessão Administrativa” (“Instrumento”).

Com a assinatura do Instrumento, a Companhia entregou os bens reversíveis ao Poder Concedente. A partir da assinatura do Instrumento, a Companhia ficou exonerada das obrigações previstas no Contrato de Concessão, em especial no que tange à operação, manutenção e conservação do empreendimento, com exceção das obrigações que, por força de lei, deverão permanecer sob sua responsabilidade, pelo prazo legal (como por exemplo, a responsabilidade civil pela construção e solidez da obra), e do dever de prestar informações e demonstrativos, relativos ao período de execução do Contrato.

Ainda consoante o Instrumento, a Companhia receberá até o ano de 2031 o valor de R\$ 237.593 (R\$ 207.467 atualizado em 31 de dezembro de 2018), com incidência de atualização mensal calculada pela taxa efetiva de 10% a.a. ou atualização da SELIC, conforme aplicável.

Em razão da rescisão consensual formalizada, a Companhia e o Estado de Pernambuco concordaram que nenhum valor será devido de parte a parte referente a qualquer receita de contraprestação da concedente para operação da Arena (“COA”) adicional, bem como que o procedimento arbitral proposto pela Companhia contra o Estado de Pernambuco deverá prosseguir em relação ao que não foi transacionado, conforme itens expressamente previstos no Instrumento.

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme estabelecido pelo referido acordo, a Arena Pernambuco deverá permanecer ativa até que todas as suas obrigações contraídas sejam cumpridas e os respectivos haveres sejam recebidos. A Companhia tem a intenção de manter a participação na investida enquanto essa estiver ativa.

Decorrente do Instrumento estabelecido com o Poder Concedente, a Companhia reconheceu em 2016 o valor de R\$ 153.358 (Nota 7 (i)) referente a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa ("PCLD"), sujeitas à recuperação, conforme procedimento arbitral, e R\$ 109.732 referente perdas decorrentes de rescisão contratual.

Em 2017, por força de decisão liminar proferida no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco ("TJPE"), em recurso de agravo de instrumento apresentado pelo Estado de Pernambuco, houve a parcial suspensão do processo de arbitragem, relativamente ao pleito da Companhia de ressarcimento de custos adicionais relacionados às obras de construção da Arena.

Em dezembro de 2018, o TJPE proferiu a decisão por meio da qual, em juízo de retratação, deu provimento ao agravo interno da Arena Pernambuco para revogar a liminar que havia suspenso parcialmente a arbitragem instaurada contra o Estado de Pernambuco. Com essa decisão, a Câmara de Comércio Brasil-Canadá CCBC determinou a retomada do processo relativo ao pleito de ressarcimento de custos adicionais.

No âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco ("TC/PE"), foi determinada, em dezembro de 2019, a suspensão cautelar dos pagamentos previstos no Instrumento, que eram destinados aos custos da Arena Pernambuco e à amortização do financiamento contraído junto ao Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"). A Arena Pernambuco apresentou defesa no bojo dessa cautelar, a qual segue pendente de julgamento pela 2ª Câmara do TC/PE.

Operação *Fair Play*

Em 14 de agosto de 2015, a controlada indireta Arena Pernambuco tomou conhecimento de investigações conduzidas pela Polícia Federal no âmbito da operação denominada "Fair Play", que continua em fase investigatória e que cujo objeto compreende supostas irregularidades ocorridas na Parceria Público-Privada ("PPP"). A controlada entende que tal inquérito e seus eventuais desdobramentos não têm impacto sobre suas demonstrações financeiras.

(b) Complexo Maracanã Entretenimento S.A. ("Complexo Maracanã")

Em 31 de dezembro de 2019, o Complexo Maracanã apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$ 161.415 (2018 – R\$ 145.538) decorrente principalmente do saldo das debêntures (R\$ 1462.214) com vencimento em 2020. Além disso, o Complexo Maracanã apresentava passivo a descoberto no montante de R\$ 265.350 (2018 – R\$ 265.444). A Administração do Complexo Maracanã espera equalizar a situação do capital circulante líquido negativo através da conclusão do procedimento de resolução de controvérsias, conforme descrito na nota 1. Adicionalmente, a Companhia aprovou, no 1º trimestre de 2020, junto ao debenturista a alteração do vencimento das debêntures para 20 de julho de 2021.

Diante das modificações unilaterais impostas pelo Poder Concedente ao Contrato de Concessão e o desequilíbrio econômico-financeiro em desfavor do Complexo Maracanã, inviabilizando a execução do Contrato de Concessão, o Complexo Maracanã buscou a resolução amigável da disputa, sem sucesso. Em 20 de outubro de 2016, o Complexo Maracanã ingressou com requerimento de instauração de arbitragem perante a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem ("Câmara FGV"), com o fim de dirimir as controvérsias entre as partes em relação ao Contrato de Concessão.

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nesse contexto, não existe, portanto, até a presente data, qualquer definição sobre as controvérsias existentes entre as partes, assim como a estimativa de eventuais impactos nas demonstrações financeiras do Complexo Maracanã em decorrência de possíveis negociações com o Governo do Estado do Rio de Janeiro (“GERJ”).

Em 18 de março de 2019, o Estado do Rio de Janeiro proferiu decisão, publicada no Diário Oficial de 19 de março de 2019, por meio da qual decretou a caducidade da concessão administrativa materializada no Contrato de Parceria Público-Privada nº 27/2013, celebrado em 04 de junho de 2013 (“Contrato de PPP”). O Contrato de PPP versava sobre os serviços de gestão, operação e manutenção do Estádio do Maracanã e do Maracanãzinho, que seriam desenvolvidos pela Companhia, pelo prazo contratual de 35 anos. No que tange à qualificação jurídica empregada pelo Estado do Rio de Janeiro à extinção do Contrato de PPP, a Companhia esclarece que a referida decisão administrativa não é definitiva e a questão será resolvida ao término do Procedimento Arbitragem instaurado em face do Poder Concedente.

Em 16 de abril de 2019, o Complexo Maracanã e o Estado do Rio de Janeiro assinaram termo de entrega do Complexo Maracanã. A partir de 18 de abril de 2019, a manutenção e operação do Complexo Maracanã passou a ser de inteira responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro.

Em decorrência da assinatura do termo de entrega, o Complexo Maracanã deixou de ter o direito de exploração dos estádios, conseqüentemente, realizou a baixa dos saldos, líquidos de depreciação, que detinha no ativo a título de direito de exploração no montante de R\$ 63.437, ativos imobilizados e intangíveis reversíveis ao poder concedente no montante de R\$ 9.560 e contrato com clubes no montante de R\$ 6.694. Em contra partida, o Complexo Maracanã ajustou o saldo a pagar ao poder concedente ao valor das parcelas incorridas e vencidas até a data da devolução do acervo.

(c) Operação Lava Jato

Em 1º de dezembro de 2016, a ODB, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo de Leniência com o MPF, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do referido acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem S.A. (“Braskem”), que celebrou acordo individual. O acordo firmado pela ODB com o MPF é parte de um Acordo Global, coordenado pelas autoridades competentes das jurisdições brasileira, americana e suíça, no âmbito do qual a ODB, ou outra empresa de seu grupo econômico, se compromete a pagar o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões, em 23 anos, com parcelas anuais customizadas, valores estes reajustados pela taxa SELIC simples.

O racional do referido Acordo de Leniência é o reconhecimento de ilícitos e reparação dos danos causados, bem como a colaboração junto ao MPF e demais autoridades no tocante às investigações, buscando ainda o Grupo Odebrecht a preservação e continuidade de suas atividades, a retomada de contratação com entes públicos e ainda o recebimento de recursos de bancos e entidades públicas, no Brasil e no exterior.

Cabe, ainda ressaltar, que em razão do mencionado Acordo de Leniência, o MPF se comprometeu a não propor ações de natureza cível e medidas adicionais para ressarcimento de valores em decorrência das denúncias e fatos ligados à Lava Jato, não aplicar sanções de improbidade administrativa, bem como empreender gestão junto aos órgãos públicos, empresas públicas e empresas públicas de economia mista para que retirem quaisquer restrições cadastrais da ODB, e suas controladas.

Em 9 de julho de 2018, a ODB, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou Acordo de Leniência com a Advocacia Geral da União e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União pelo qual se comprometeu a pagar, em vinte e dois anos, o valor total de R\$ 2.727 milhões, valor esse que deverá ser abatido dos R\$ 3.828 milhões ajustados no Acordo de Leniência firmado com o MPF.

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em suas operações no exterior, o Grupo Odebrecht e suas controladas seguem com o propósito de alcançar um entendimento junto às autoridades locais para o fechamento de acordos de colaboração / leniência. Até o presente momento, no âmbito do Grupo Odebrecht, já foram firmados acordos com a República Dominicana, Equador, Panamá, Guatemala e Peru, além das autoridades americanas, suíças e brasileiras.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 15 de julho de 2020.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente todo o período apresentado, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A Companhia está apresentando somente suas demonstrações contábeis individuais, considerando que sua acionista direta, OP Investimentos, não fez nenhuma objeção quanto a não apresentação de suas demonstrações contábeis consolidadas; não possui instrumentos de dívida ou patrimoniais negociados publicamente; não teve arquivado nem está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto a Comissão de Valores Mobiliários; e sua controladora indireta, ODB, preparou as demonstrações contábeis consolidadas do Grupo, conforme previsto no Pronunciamento CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além dos prejuízos dos exercícios apresentados, razão pela qual não foi apresentada a demonstração dos resultados abrangentes.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais inferiores a três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas, controladas em conjunto ou em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir, de forma significativa, nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

(b) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurado ao custo amortizado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, ele precisa ser mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem Caixa e equivalente de caixa.

2.5 Adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”)

Referem-se aos recursos recebidos da controladora ou enviados para as investidas para posterior integralização de capital. O AFAC é registrado ao custo, sem acréscimo de encargos financeiros.

2.6 Novos pronunciamentos contábeis em vigor

(a) IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Leases (Arrendamentos)

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A companhia não identificou contratos de arrendamentos que requeassem a aplicação da norma.

(b) IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro)

A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais que podem se enquadrar como incertos e que, por isso, podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal.

A Companhia concluiu as análises na aplicação dessa norma e não identificou impactos para as suas demonstrações financeiras.

2.7 Pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Caixa e equivalentes de caixa

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|------------------------|-------------|-------------|
| Caixa e bancos | 2 | 1 |
| Aplicações financeiras | 471 | |
| | <u>473</u> | <u>1</u> |

4 Tributos a recuperar

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|---------------------------------|-------------|-------------|
| Imposto de renda a recuperar | 7 | 468 |
| Contribuição social a recuperar | 4 | 12 |
| | <u>11</u> | <u>480</u> |

5 Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício de 2019, a Companhia enviou recursos à investida Odebrecht Properties Entretenimento Participações S.A (“OPEP”), no montante de R\$ 29 a título de AFAC.

Durante o exercício de 2019, a Companhia recebeu recursos da acionista OP Investimentos, no montante de R\$ 42 a título de AFAC.

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Provisão para perda de investimentos

(a) Informações sobre investimentos

| | Quantidade de ações detidas | | Participação direta (%) | | Passivo a descoberto | | Lucro (prejuízo) do exercício | |
|----------|-----------------------------|-------------|-------------------------|--------|----------------------|-----------|-------------------------------|----------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Maracanã | 5.278.728 | 5.278.728 | 95,00 | 95,00 | (265.350) | (265.446) | 94 | (22.952) |
| OPEP | 107.659.904 | 107.611.905 | 100,00 | 100,00 | (25.613) | (21.967) | (3.646) | (415) |

(b) Movimentação dos investimentos

| | Saldo no início do exercício | Adições (i) | Movimentação societária | Equivalência patrimonial | Saldo no final do exercício |
|--|------------------------------|-------------|-------------------------|--------------------------|-----------------------------|
| Provisão para perda de investimento | | | | | |
| Maracanã | (252.174) | | | 89 | (252.085) |
| OPEP | (21.967) | | | (3.646) | (25.613) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | (274.141) | | | (3.557) | (277.698) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | (251.874) | 48 | (94) | (22.221) | (274.141) |

- (i) Em 10 de dezembro de 2018, a Companhia aumentou o capital social da investida OPEP, no montante de R\$ 48, mediante a emissão de 48.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizadas mediante capitalização de AFAC.

7 Passivo a descoberto

(a) Capital social

Em 10 de dezembro de 2018, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 22, com a emissão de 22.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pela acionista OP Investimentos mediante capitalização de AFAC.

A composição do capital social está representada da seguinte forma:

| Acionistas | 2019 | | | 2018 | | |
|-------------------------------------|----------------|-------------------|------------------|----------------|-------------------|------------------|
| | Capital social | Ações | Participação (%) | Capital social | Ações | Participação (%) |
| OP Investimentos | 13.091 | 13.090.973 | 100 | 13.091 | 13.090.973 | 100 |
| Odebrecht Properties Parcerias S.A. | | 1 | | | 1 | |
| | <u>13.091</u> | <u>13.090.974</u> | <u>100</u> | <u>13.091</u> | <u>13.090.974</u> | <u>100</u> |

8 Prejuízo básico por ação

Prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

Odebrecht Properties Entretenimento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|--|---------------|---------------|
| Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia titulares de ações ordinárias | (3.624) | (22.212) |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares) | <u>13.091</u> | <u>13.070</u> |
| Prejuízo básico por ação (em Reais) | <u>(0,28)</u> | <u>(1,70)</u> |

Alexandre Assaf Abo Assali
Diretor

DocuSigned by:
Adriano de Oliveira
0BA73D92EF34417...
Adriano de Oliveira
Contador CRC 1SP-255316/O-7

* * *